

Anatomia de uma Catástrofe Mediática: Pedrogão Grande e a política da invisibilidade

João Carlos Sousa

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt

Resumo

A finalidade da presente reflexão passa por identificar e compreender as diferentes fases que compõem a cobertura jornalística do complexo de incêndios de Pedrogão Grande. Nesta medida, tem-se como objeto de estudo, a cobertura realizada pelos media portugueses ao longo das duas primeiras semanas, contribuindo para o campo de estudo da comunicação de crise. A análise terá como eixo a linha cronológica da cobertura realizada pelos media portugueses ao longo das duas semanas subsequentes ao início do incêndio. Para operacionalizar este objetivo, realizou-se a análise de conteúdo, com uma amostra de 427 notícias. Os resultados demonstram, que não obstante um intenso interesse dos agentes mediáticos, a cobertura se pautou pela omissão das causas que estão a montante dos acontecimentos de Pedrogão Grande, nomeadamente as alterações climáticas e a desertificação do interior rural português. A principal conclusão postula que os media portugueses, embora intensamente interessados ao longo de duas semanas, não procederam à cobertura, em termos genéricos, das causas do fenómeno, contribuindo para a sua invisibilidade mediática e pública.

Palavras-chave: incêndios florestais; alterações climáticas; cobertura jornalística; política da invisibilidade; catástrofe mediática.

Abstract

The purpose of this reflection is to identify and understand the different phases that make up the journalistic coverage of the Pedrogão Grande fire complex. To this end, the object of study is the coverage carried out by the Portuguese media over the first two weeks, contributing to the field of study of crisis communication. The analysis will focus on the chronological line of the coverage given by the Portuguese media over the two weeks following the start of the fire. To operationalize this objective, content analysis was carried out on a sample of 427 news items. The results show that, despite the intense interest of the media, the coverage was characterized by an omission of the causes behind the Pedrogão Grande events, namely climate change and the desertification of the Portuguese countryside. The main conclusion is that the Portuguese media, although intensely interested over the course of two weeks, failed to cover the causes of the phenomenon in general terms, contributing to its media and public invisibility.

Keywords: forest fires; climate change; news coverage; politics of invisibility; media catastrophe.

Data de submissão: 2023-08-22. Data de aprovação: 2024-02-24.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

Tendo consequências drásticas, com um total de área ardida de 46.435 ha¹ e de 66 vítimas mortais², o incêndio florestal que deflagrou pelas 14:43³ na localidade de Escalos Fundeiros⁴ no concelho de Pedrogão Grande, desenvolveu-se num quadro atmosférico extremo. A complexidade do incêndio levou a juntar-se a outro que lavrava no concelho de Góis.⁵ No final de alguns dias eram diversos os concelhos afetados, região que se pauta por um crónico processo de desertificação.

De acordo com Fritz (1961) desastre define-se como um evento que tem a capacidade de provocar uma disrupção na ordem social e política. Esta definição de desastre tem a pertinência de trazer para colação elementos explicativos tão relevantes como a ação política, ou problemas demográficos como o abandono de vastas regiões, mas também aspetos culturais, na medida em que a desvalorização do rural e em particular da floresta leva em última análise ao seu abandono e invisibilidade.

Num inquérito realizado por Schmidt *et al.* (2018) o ambiente é incluído nos temas de prioridade média ao registar 23,25%, ao passo que as florestas são classificadas como de “prioridade baixa” (5,8%). O que não deixa de ser revelador do desinteresse generalizado, por uma parte, muito significativa, do território português. Nesta linha, observa-se uma redução da relevância atribuída à floresta enquanto tópico prioritário do investimento: sendo em 2000 de 12,3% e passando em 2016 a cifrar-se em apenas 5,8%. Esta perda de relevância expressa nas atitudes dos portugueses acompanha o abandono do território rural.

Em termos demográficos a região afetada apresenta uma tendência ainda mais intensa de perda populacional, mesmo comparada com a média nacional (cf. Quadro 1), o que se reflete na proporção de bombeiros por habitante.⁶ Um indicador que surge em contraciclo é a despesa com a floresta que sobe 1,1 pontos percentuais a nível regional.

Quadro 1. Caracterização da evolução demográfica, investimento ambiental e número de bombeiros nos municípios afetados

	N.º médio de indivíduos por Km ²		Despesas dos municípios em ambiente em % total de despesas		Habitantes por bombeiro	
	1960	2017	2001	2017	1998	2017
Arganil	57,8	33,8	5,2	6,7	75,6	144,2
Góis	37	14,9	5,6	11,1	44,7	91
Miranda do Corvo	101,3	101,4	6	7,1	124,1	136,3
Pampilhosa da Serra	33,7	10,3	3	6,4	52,1	53,2
Penela	70	41	11,1	9,6	68,2	65,7

1. Embora a variação seja bastante diminuta, verifica-se uma ligeira discrepância nos valores de área ardida em vários documentos oficiais. A equipa coordenada por Domingos Xavier Viegas realizou o estudo intitulado *O Complexo de Incêndios de Pedrogão Grande e Concelhos Limitrofes, Iniciado a 17 junho de 2017*, calcula em 45.328 ha a área total ardida. Este relatório surgiu por solicitação do Ministério da Administração Interna que tinha a tutela da Proteção Civil e das Florestas.

2. Este valor inclui duas vítimas indiretas, (Viegas *et al.*, 2017:154). Os feridos ascendem aproximadamente a duas centenas (Viegas *et al.*, 2017:5).

3. Pode ler-se no relatório da Comissão Técnica Independente “As condições atmosféricas então vigentes determinaram no dia 16 de junho um alerta especial de perigo de incêndio florestal em nível Amarelo para todo o território por parte do CNOS” (Viegas *et al.*, 2017:13).

4. Pode ler-se no relatório elaborado pela equipa chefiada por Xavier Viegas (2017:5) que existiram não um, mas dois focos de ignição. Para além do já mencionado de Escalos Fundeiros, também um outro num lugar muito próximo em Regadas. Localidades que distam 5 a 6 quilómetros.

5. A extinção ocorreu também no mesmo dia como se pode ler no relatório elaborado pela comissão Técnica Independente “Quanto ao período temporal, ambos os incêndios (Pedrogão Grande e Góis) tiveram início no dia 17 de junho, com uma diferença na hora de início de 9 minutos. Foram dados como dominados e posteriormente extintos só a 24 de junho.” (CTI, 2017:30).

6. Ver aqui: <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+dimensao+dos+lugares-26-1059> (accedido a 15 Novembro 2021).

Alvaiázere	84,7	42,1	6,9	3,9	104,9	97,8
Ansião	98	70,2	4	4,9	145,6	206
Castanheira de Pera	85,9	40,6	4,2	5,1	23,6	63,1
Figueiró dos Vinhos	66,5	33	8,3	5,6	76,1	89,5
Pedrogão Grande	64	27,2	3,1	3	39,5	59,3
Oleiros	33,1	11	4,6	5,7	47	56,7
Sertã	62,7	33,4	4,3	9,9	76,9	95,6
Média regional	66,2	38,2	5,5	6,6	73,2	96,5
Média nacional	96,5	111,7	7,9	8,7	250,6	372,4

Fontes/Entidades: INE, IGP

Fontes de Dados: INE - Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente

Fontes/Entidades: INE. Elaboração própria.

De forma algo paradoxal os incêndios florestais surgem como o principal problema ambiental para 46,5% dos portugueses (Schmidt *et al.*, 2018: 48).⁷ De facto, a opinião pública portuguesa tem identificado um dos grandes desafios que se lhe colocam no início do século XXI – os fogos florestais. Não obstante, o crescente investimento (cf. Figura 1) em prevenção e sobretudo no combate a incêndios florestais, Portugal está de forma sistemática entre os membros da União Europeia com maior área ardida e número de incêndios (EUROSTAT).

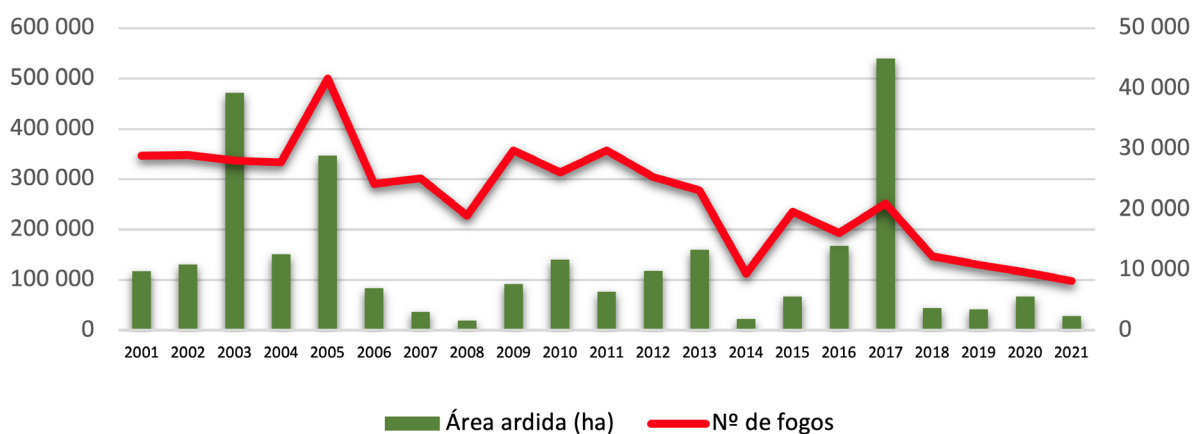


Figura 1. Evolução do número de ignições e área ardida entre 2001-2021. Fonte: ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Nota: Elaboração própria. Os valores relativos a 2022 não se encontram ainda disponíveis.

No ano de 2017 Portugal apresenta a maior área ardida 540.630 ha e 21.002 incêndios. Espanha em segundo com uma área ardida de 178.234 ha e de 13.793 ignições (EU-JRC, 2018:10).

Em síntese dir-se-ia que a opinião pública portuguesa está relativamente sensibilizada para as causas estruturais dos incêndios florestais como o despovoamento do interior e do território rural, bem como dos desafios colocados pelas Alterações Climáticas (AC), além dos próprios incêndios florestais serem percebidos como um grande desafio colocado à sociedade portuguesa. Por outras palavras,

7. Curioso como o “despovoamento do interior” surge na 6ª posição entre os maiores problemas ambientais percebidos pelos portugueses com 27,2%, sendo o segundo maior problema entre os portadores de Ensino Superior com 37,8%.

diríamos que as causas dos incêndios florestais são um complexo mosaico onde as AC, mas também a acentuada desertificação do interior rural e a negligência relativamente à florestal jogam um papel decisivo. É nesta medida, que se questiona se a cobertura jornalística dos media portugueses inclui as causas estruturais no seu enquadramento?

Opinião pública, ambiente e atores: equacionando o papel dos media

Os media entendidos como agentes públicos e com papel político constituem-se como elementos centrais na transformação social e política. É através deles que a opinião pública se organiza e se constroem consensos em torno de temas que as afetam (Lasswell, 1948). Pode-se considerar que desde o dealbar dos estudos de comunicação e de opinião pública, a teoria epidérmica trouxe para o debate o efeito dos media junto das populações recetoras dos conteúdos veiculados (Lasswell, 1951; Wolf, 1992). Nesta linha, os media devem ser entendidos como agentes definidores e construtores da agenda mediática, condicionando o processo e as opções políticas.

A metamorfose da normatividade política-mediática consiste no poder de definição dos media, concretizando-se em pequenos atos como a distribuição de recursos informativos, atribuindo visibilidade ao invisibilizando e com isso politizando o tema (Beck, 2017). No contexto de sociedades intensamente mediatizadas (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016), onde a presença dos media é ubíqua (Featherstone, 2009), estes assumem-se como agentes centrais na compreensão e definição das relações de poder. Os media podem definir uma dada situação (Reis e Sousa, 2017), atribuindo-lhe atenção, noticiando-a e denunciando potenciais riscos, numa perspetiva de mitigação de riscos, ao agendar temas que se centrem nas causas e nas circunstâncias concretas dos cidadãos. Deste modo, as relações de definição erigidas pelos media ao adquirirem visibilidade (Rodrigues, 2017), tornam-se suscetíveis de politização.

Os media ao terem a capacidade de condicionar o estabelecimento de uma dada relação de definição, condicionam o ritmo, mas também a orientação da transformação social e da própria noção de risco (Beck, 2017). Deste modo, a identificação de um risco é também ela um produto político e da ação dos agentes políticos e mediáticos na sociedade e da sua estrutura de poder. Por conseguinte, postula-se que aos media cabe crucialmente a dinamização da opinião pública através do agendamento que pugne pelo interesse público (Prior e Sousa, 2014). É neste espírito que a causa ambiental deverá também ser agendada e enquadrada. O ambiente e em particular as AC devem ter um significativo respaldo no ecossistema mediático, (Barichello, 2017) denunciando situações concretas, alertando para potenciais riscos, contribuindo para um debate sustentado em evidências científicas e em relatos de cientistas de forma a influenciar as políticas públicas.

O espaço público é deste modo composto por diversos agentes, não só políticos, mas também mediáticos e ambientalistas e que se devem confrontar (Habermas, 1991), contribuindo para um debate público pluralista. É neste espírito que a causa ambientalista deverá também ser encarada pelos agentes mediáticos num dado ecossistema mediático. No final do século XX Beck (1995) definia o movimento ambientalista como sendo um emergente ator coletivo com lastro global, desenvolvendo ações eminentemente diretas junto de atores relevantes na arena política. A ação do movimento ecologista, enquanto agente político global, só é possível se consideradas as potencialidades da sociedade em rede, colocando atores de diferentes latitudes geográficas, culturais e políticas em interação (Castells, 2013), como acontece no ativismo em contexto amazónico (Franco, Di Felice e Pereira, 2020). Desta forma, contribui decisivamente para a constituição de redes de ação política cosmopolita, que transvasam as meras fronteiras geográficas.

Mais recentemente, emergindo no amago da sociedade em rede Greta Thunberg tem-se assumido como uma protagonista fundamental do movimento ecologista global, intensificando a politização da questão ambiental, mas também mobilizando grupos etários até aqui alheados, como os mais jovens.

É neste contexto que Ryalls e Mazzarella (2021) argumentam que o enquadramento mediático da ativista assenta numa condição paradoxal em que a discursividade jornalística alterna entre as qualidades excepcionais de liderança, até a um outro extremo, em que se sublimam traços pretensamente infantis e imaturos. Amondarain, Barranquero e Arrilucea (2022) constataam que a cobertura do movimento ecologista juvenil é enquadrado na imprensa espanhola com indulgência por parte da imprensa progressista, em antagonismo com os media conservadores que denotam distanciamento e descredibilização. Os traços gerais da cobertura jornalística encerram contornos de sensacionalismo relativamente ao tema ecológico e dos seus atores, centrando-se na conflituosidade imanente. Esta conflituosidade é enquadrada mediante critérios de minorização da autoridade dos seus ativistas, não dando protagonismo às causas e ao programa transformador que advogam.

Martínez Garza e Herranz de la Casa (2019) analisaram um total de nove publicações relativas aos ecossistemas mediáticos de espanhol e mexicano, constatando a escassez de interesse e atenção por parte destes sobre as AC e que este enfoque surge apenas no contexto de eventos abruptos com capacidade disruptiva da agenda mediática. Contudo, quando esta atenção se revela, ela assume contornos sensacionalistas, em que escasseia a presença de especialistas.

Num estudo longitudinal (2000-2010) relativo a situações de desastre ocorridos nos EUA Houston, Pfefferbaum e Rosenholtz, (2012) demonstraram que a cobertura jornalística destes eventos é relativamente circunscrita no tempo e lugar em que acontece e são antes de tudo sobre o que está a acontecer. Nesta linha, também em Espanha Lozano Ascencio, Franz Amaral e Puertas Cristóbal (2022) descobriram que a construção de notícias sobre eventos catastróficos não remete para as suas causas. É como que estendida uma cortina de fumo, em que ao debate não são aportadas as reais causas de natureza antropogénicas das AC, pautando-se o debate em torno do imediato, na personalização e imputação de responsabilidades, sobretudo políticas.

Por conseguinte, equacionar o papel do jornalismo em contexto de crise ambiental permite-nos repensar a própria função social do jornalismo e como ele pode contribuir para as respetivas comunidades e o debate público aí encetado. Rodríguez e Odriozola (2012) demonstram precisamente o défice de preparação por parte dos jornalistas e dos media em geral na cobertura de situações de crise. Contudo, o interesse e relato jornalístico de um dado evento extremo e com capacidade disruptiva da agenda mediática tem, por norma, a capacidade de preencher os diversos critérios notícia do jornalismo ao constituir-se como uma novidade incorporando o agendamento (Correia *et al*, 2014). Numa fase em que a prática jornalística quotidiana se pauta sobretudo pelo “aqui” e “agora” (Meadows, 1999), as emoções tendem a adquirir preponderância no relato jornalístico. É precisamente neste contexto que o enquadramento jornalístico de incêndios florestais com dezenas de vítimas potencia o caráter emocional, mas também a sensação e interesse, gerando ondas de comoção coletiva. De acordo com Pantti e Wahl-Jorgensen (2007) este tipo de enquadramento para além do sensacionalismo, pode promover a ação coletiva no seio da comunidade afetada.

Num estudo recente sobre a cobertura jornalística Lozano Sánchez e Morales (2017) defendem que a o trabalho realizado em circunstâncias de catástrofes e de situações de risco tende a ser quantitativamente razoável. Porém, partindo da análise de 220 peças exibidas nos noticiários televisivos em Espanha, concluem que esta quantidade não é correspondida no que toca ao aprofundamento e reflexão que as situações impõem, nomeadamente das causas, baseando-se sobretudo nas consequências. A principal consequência é não clarificação dos factos e dos processos que estão a montante do evento.

Em Portugal nos últimos anos tem sido patente que a questão ambiental está envolta numa condição dilemática (Sousa, 2019). Por outras palavras, dir-se-ia que o enquadramento jornalístico nos media portugueses tende a oscilar entre a invisibilidade e a negatividade. A invisibilidade reporta-se ao reiterado e persistente desinteresse dos diversos agentes mediáticos portugueses pelo tema ambiental e em concreto pelas AC, seja a partir de um prisma problematizado ou mesmo denunciador de potenciais

causas e riscos. Por outro lado, a negatividade surge em alternativa e em quadros contextuais de crise, em que os agentes mediáticos são impulsionados a relatarem os factos, mas sobretudo a enfatizar as consequências, sejam elas de índole ambiental, humana ou económica.

Da comunicação de crise ao papel dos media em contexto de incêndios florestais

A gestão de crise deve ter em linha de conta os recursos disponíveis e as idiossincrasias da própria situação que gerou a crise. Neste sentido, no que diz respeito aos recursos deve-se considerar a constituição de uma equipa de gestão, além da liderança e do seu porta-voz (Calero, 2004). Seguindo a esteira das sugestões realizadas por Calero (2006), uma das possíveis medidas a tomar no campo da prevenção é o aperfeiçoamento e adaptação do serviço de previsão meteorológica e a sua efetiva articulação com os media. Este ponto é revelador da importância não só da qualidade da informação, baseada em conhecimento técnico e científico, mas também a sua difusão junto das comunidades potencialmente afetadas, como são as comunidades rurais no contexto dos incêndios florestais.

Os media são imprescindíveis para o processo político em democracia que vise não só uma sociedade menos desigual, mas também onde as populações mais vulneráveis aos diversos riscos manufacturados, possam ser mitigados e combatidos. É esta apologia que Beck (2017: 128) faz ao constatar “sem a informação providenciada pelos media e outras instituições sociais, os cidadãos não estão sequer cientes do risco para as suas vidas e para as vidas dos filhos e vizinhos”.

Como argumenta Beck (2017) em sociedades intensamente interconectadas o risco assume uma faceta global, porém esta transformação nem sempre é acompanhada pela respetiva adaptação por parte da arquitetura estatal através dos atores locais. Não obstante a comunicação de crise siga desejavelmente uma matriz institucional (Coombs, 2007), em situações excecionais existe margem para que traços individuais se exacerbem e se sobreponham a ditames institucionais, como foi o caso da estratégia de comunicação levada a cabo por Marcelo Rebelo de Sousa no contexto das duas vagas de incêndios que assolaram Portugal em 2017 (Toniolo e Gonçalves, 2020). Esta performance constituiu-se como um relevante trabalho de reparação simbólica, gerindo o potencial conflito entre responsabilidade política e o capital reputacional.

No contexto português de combate à Covid 19 observou-se que os media tradicionais são as fontes privilegiadas por parte dos cidadãos (Gonçalves, Piñeiro-Naval e Sá, 2022), para aceder a informações credíveis. Por outras palavras, diríamos que em plena crise, o risco é percebido como próximo, as marcas de media de referência e com tradicional credibilidade como estações de televisão, de rádio e imprensa escrita são as mais procuradas pelos cidadãos. Nesta linha de pensamento, Sousa e Pinto-Martinho (2022) demonstram a relevância da confiança e do uso dos media, não só para um pleno exercício cívico, mas também no que concerne à confiança nas autoridades locais e regionais, que em última instância são aquelas que numa situação de crise devem dar a primeira resposta. Por conseguinte, também se pode equacionar a confiança nos media numa perspetiva comparada com outras instituições em plena crise. Gonçalves, Piñeiro-Naval e Toniolo, (2021) mediram a confiança em diversas instituições em pleno confinamento e verificaram que os media estão entre as instituições com maiores níveis de confiança entre os portugueses. Embora exista uma substancial disjunção entre os media tradicionais (televisão, rádio e imprensa escrita) e os media digitais, que são alvo de forte desconfiança em contexto de risco.

Para Solano Santos (2012) os media têm múltiplas responsabilidades sociais, entre as quais a de informar de forma objetiva, sobre os factos ocorridos e que afetam as respetivas comunidades contribuindo para uma cidadania mais informada (Almond e Verba, 2015). Ora, esta multiplicidade funcional dos media encerra acrescida responsabilidade aos diversos agentes mediáticos, que num quadro de crise deverão selecionar fontes e aferir das responsabilidades públicas, onde se inclui a discussão e debate so-

bre as causas estruturais. De acordo com Bartolomé-Castro e Rodríguez-Virgili (2012) de uma objetiva abordagem jornalística e enquadramento mediático, depende decisivamente o processo de construção das representações e atitudes sociais dos cidadãos sobre atores e instituições e o seu papel na crise.

Crow *et al.* (2017) ao estudarem a cobertura jornalística de dois incêndios descobriram que o enquadramento realizado pelos media pode expressar as diversas narrativas políticas concorrentes do debate político e partidário. Pereiro, Dominguez e Lozano (2018) argumentam que no enquadramento jornalístico dos incêndios florestais em Espanha e Portugal de 2017, as notícias enfermavam de contexto explicativo, para além de se pautarem pela ausência de explicações de cientistas, estruturando-se o discurso com contornos sensacionalistas.

Nenhum estudo até agora teve em atenção às transformações ocorridas na cobertura jornalística sobre eventos com potencial catastrófico, isto é, o modo como os critérios jornalísticos se vão alterando com o passar do tempo. O que sublinham? O que tornam invisível? Que atores têm visibilidade mediáticas ao longo do tempo? Em síntese, em que medida media portugueses encetaram um debate de interesse público ao longo das duas semanas seguintes à crise de Pedrogão Grande? Esta abordagem encarna uma forma singular de trazer para o debate da comunicação, o papel do tempo no trabalho jornalístico em contexto de crise. A delimitação temporal entre 17-30 junho da presente pesquisa constitui-se como uma tentativa de contribuir para este debate, que tem como objetivo elaborar a anatomia da crise em torno dos incêndios de Pedrogão Grande em 2017. Contribuindo para a discussão das causas a montante como as AC em geral e aos incêndios florestais em particular.

Estratégia metodológica

Delimitação temporal e amostra

A opção pela análise de conteúdo prendeu-se pelo facto uma abordagem que se adapta aos objetivos da pesquisa que é perceber o relato mediático, mais propriamente o enquadramento, realizado pelos media portugueses, sobre o complexo de incêndios de Pedrogão Grande. Esta abordagem, além de outras vantagens, possibilita a quantificação sistemática e objetiva dos relatos feitos pelos diversos agentes mediáticos, além de permitir captar o modo como estes constroem a realidade de um determinado objeto. Desta forma, é possibilitado um duplo processo no esquema de reflexão: a comparação e o contraste entre diferentes sectores de media (Hendrickx e Pakvis, 2022).

Na longa tradição da teoria do enquadramento nos media, define-se *frames* como “(...) princípios organizadores que são socialmente partilhados e persistentes ao longo do tempo, funcionando simbolicamente como estruturadores do significado do mundo social” (Reese, 2001: 11). A versatilidade desta abordagem no estudo do discurso mediático constitui-se como uma vantagem, ao adaptar-se facilmente a diferentes objetos de estudo, em particular notícias sobre incêndios florestais. Deste modo, operacionaliza-se uma perspetiva eminentemente construtivista proporcionando a identificação dos elementos charneira da narrativa mediática ao longo de um período subsequente aos incêndios (D’Angelo, 2002). Por outro lado, de acordo com Entman (1993) a análise de conteúdo permite apreender características específicas de uma realidade mais ampla do fenómeno observado. A análise de *framing*, enquanto abordagem metodológica permite adotar conceitos de teorias distintas e nessa medida levar a cabo uma síntese teórica com base na evidência empírica recolhida.

Por conseguinte, a estratégia metodológica passa pela adoção de uma abordagem de carácter eminentemente quantitativa (Croucher e Cronn-Mills, 2014)⁸. Partimos dos dados obtidos pelo Barómetro de Notícias do MediaLab do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Este é um instrumento de recolha sistemática de peças jornalísticas tendo como critério os ciclos noticiosos semanais. O Barómetro de

8. A análise dos dados faz uso do software IBM SPSS *Statistics* 28.

Notícias recolhe os principais destaques noticiosos a partir de uma amostra semanal de 413 peças noticiosas publicadas, sendo selecionadas a partir da sua posição de destaque ou de abertura nos noticiários, consoante o sector de comunicação social que estejamos a considerar. Com base na análise de conteúdo ao *lead* das notícias, procede-se à definição dos temas noticiados que podem variar no tempo de durabilidade. Em 2017 a amostra diária foi constituída por 59 peças que tiveram a seguinte distribuição: quatro primeiras peças noticiosas nos noticiários televisivos das 20h da RTP1, SIC, TVI e CMTV; três primeiras peças dos noticiários de rádio das 8h na Rádio Renascença, Antena 1 e TSF; quatro peças com maior destaque nas primeiras páginas das edições impressas dos jornais Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, Diário de Notícias; três peças com maior destaque nas *homepages* da SIC Notícias, TVI24, Expresso, Observador, Jornal Notícias, Público. A seleção das peças partiu de uma base de dados inicial de 2017 que contava com N=20.118 peças. Esta composição tem a vantagem de ser extensiva, também incluir notícias de um espectro muito amplo de media e de grupos de media. Além, de incluir notícias oriundas dos quatro sectores de media: imprensa escrita, rádio, televisão e digital.

A delimitação temporal seguiu a sequência cronológica dos acontecimentos que alimentou a cobertura mediática do complexo de incêndios de Pedrogão Grande. Assim, considerou-se o ciclo de durabilidade de outras tragédias que tiveram ampla cobertura mediática como são os casos da queda da Ponte de Entre-os-Rios e a cobertura realizada aos ataques do 11 setembro nos Estados Unidos da América, ambos acontecimentos em 2001 (Torres, 2006). Esta opção permite dar guarida a vários indicadores que dão expressão ao advento, desenvolvimento e conclusão do evento mediático, compreendendo o período de 17 a 30 junho 2017.

Do processo de depuração da base dados resultou um n=427 notícias. Com efeito, a reflexão final será precedida pela exposição e caracterização de enquadramento jornalístico.

Medidas e indicadores operacionais

A operacionalização da pesquisa faz uso de seis variáveis (cf. Quadro 2). Os sectores de media têm como indicadores a televisão, a rádio, a imprensa escrita e o digital. Contudo, atendendo à preponderância da televisão em Portugal (Cardoso, 2016), assumir-se-á este sector como referência comparativa relativamente aos demais, uma vez que um destaque na abertura de um noticiário em prime-time terá um impacto mais disseminado junto da opinião pública portuguesa.

Quadro 2. Indicadores e dimensões da análise de conteúdo

Variáveis	Indicadores
Sector de media	Televisão, Rádio, Imprensa escrita e Digital
Subtema	Consequências económicas; Prevenção e risco de incêndios; Consequências judiciais; Consequências políticas.
Manchete	Sim; Não
Enfoque geográfico	Local/regional; Nacional; Supranacional; Indeterminado
Líderes Políticos	Catarina Martins; Jerónimo de Sousa; Heloísa Apolónia; A. Costa; Marcelo Rebelo de Sousa; André Silva; Pedro Passos Coelho; Assunção Cristas
Partidos Políticos	BE; PCP; PEV; PS; PAN; PSD; CDS-PP

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias do MediaLab do Iscte-IUL.

Em cada peça será identificado um tema mais concreto, isto é, ainda que dentro da cobertura jornalística dos acontecimentos de Pedrogão Grande, haverá lugar à identificação da sub-temática que está subjacente à notícia. Para esse efeito considerar-se-ão os seguintes indicadores: consequências económicas; prevenção e risco de incêndios; consequências judiciais; consequências políticas. Três destas dimensões (consequências económicas, judiciais e políticas) dizem respeito a uma cobertura noticiosa que privilegia a componente sensacionalista (Semetko e Valkenburg, 2000), ao enfatizar os impactos negativos dos incêndios, descorando fatores a montante como a prevenção e a medição de risco de incêndio. A manchete é um poderoso instrumento do enquadramento jornalístico que resulta das prioridades editoriais, a sua medição resulta precisamente do papel deste instrumento jornalístico. O enfoque geográfico da peça jornalística é operacionalizado por: local/regional; nacional; supranacional; e indeterminado. É expectável que o enfoque se afaste crescentemente do local para um enquadramento que enfatiza o quadro nacional e particularmente da política partidária nacional. Finalmente, as duas últimas variáveis dizem respeito ao potencial e consequente debate político que se gerará a jusante. Assim, mede-se a presença ou menção de líderes políticos: Catarina Martins; Jerónimo de Sousa; Heloísa Apolónia; António Costa; Marcelo Rebelo de Sousa; André Silva; Pedro Passos Coelho e Assunção Cristas. Ainda medir-se-á, a menção a forças partidárias, em particular àquelas que à época tinham assento na Assembleia da República: BE; PCP; PEV; PS; PAN; PSD; CDS-PP.

Resultados

2017 foi um ano em que agenda mediática em Portugal foi marcada pelos incêndios florestais com um total de 10% das mais 20.000 notícias recolhidas (cf. Figura 2), traduzindo-se em mais de 2.000 peças num só ano. Pouco mais de 1/5 (427) das notícias de incêndios florestais tiveram como foco Pedrogão Grande, o que não deixa de ser revelador da proeminência deste acontecimento para a sociedade portuguesa.

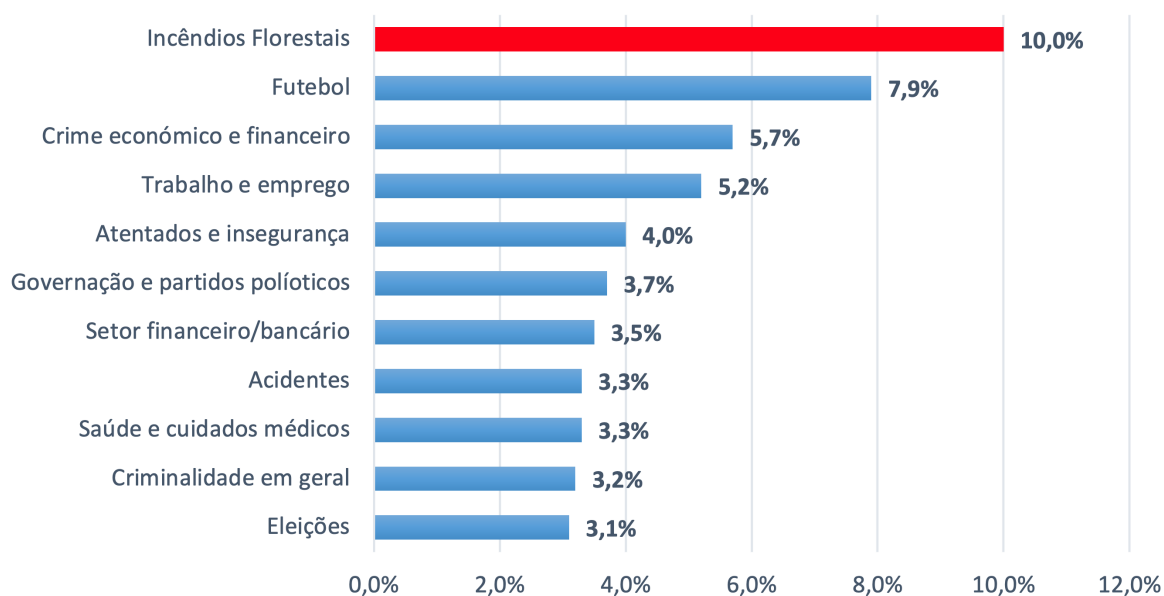


Figura 2. Agenda mediática 2017.

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias do MediaLab do Iscte-IUL N= 20.406.

A observação da figura 3 dá-nos uma perspetiva geral da cobertura mediática dos incêndios de Pedrogão Grande. Os dois primeiros dias são de crescimento exponencial, para ao terceiro dia atingir um máximo de 48 peças, mantendo-se acima das 40 nos três dias seguintes. Ao oitavo dia de operações, o incêndio é dado oficialmente, como extinto e com isso a cobertura noticiosa entra numa nova fase de estabilidade no número e na relevância dada pelos diferentes sectores de media.

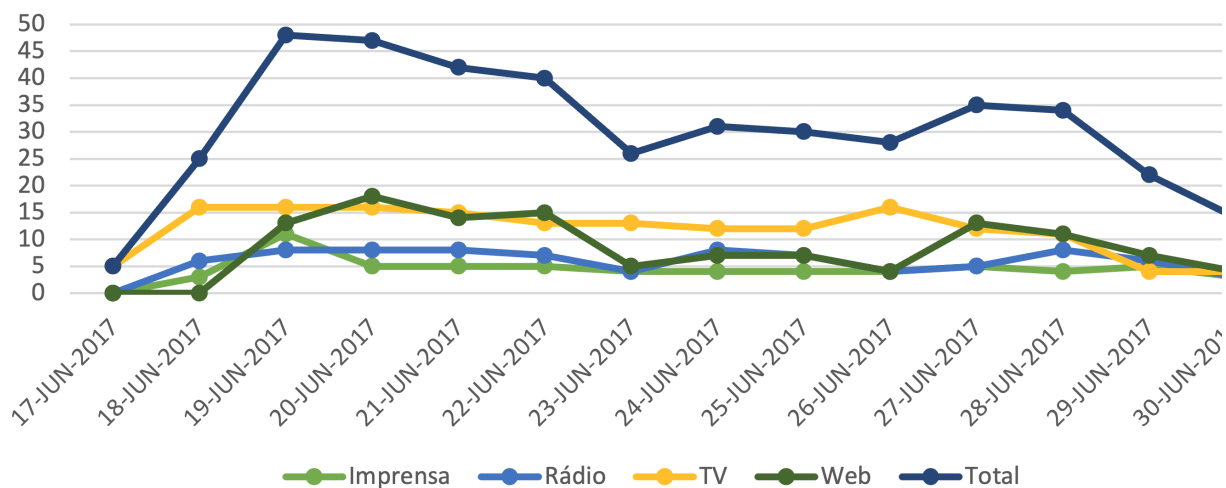


Figura 3. Evolução do número de peças por sector e total.

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias do MediaLab do Iscte-IUL n=427.

Até ao 14º dia e último da nossa análise o número de peças vai em contínuo decréscimo.⁹ O comportamento dos três sectores tradicionais de media revela alguma regularidade ao longo do período em estudo. Por seu lado, as *homepages* dos media digitais estudados sugerem um comportamento mais volátil. De certo modo, pode-se visualizar um certo paralelismo entre as linhas do digital (verde-escuro) e os totais (azul-escuro). No 11º dia (27 junho) observa-se um momento culminante no que diz respeito ao interesse e número de notícias, uma vez que daí em diante esse interesse apresenta um consistente decréscimo entre todos os sectores de media.

Quadro 3. Distribuição das peças por temáticas

Subtemas/Dia	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Consequências económicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Prevenção e risco de incêndios	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1
Consequências judiciais	0	0	2	3	1	5	1	1	9	3	8	1	0	3
Consequências políticas	0	3	6	8	6	11	5	10	6	17	19	24	19	6

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias do MediaLab do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa n=184.

Ora, nesta medida importa perceber em que consistia a cobertura do incêndio de Pedrogão Grande por esta altura. Observando o quadro 3 é possível constatar que se assistiu ao intensificar da discussão

9. No período pós 30 junho até final do ano de 2017 foram publicados mais 251 trabalhos jornalísticos sobre o incêndio de Pedrogão Grande. Na primeira semana de julho foram publicadas 3 peças e no cômputo desse mesmo mês somaram-se 114.

em torno das circunstâncias políticas e com a crescente procura de identificação dos responsáveis políticos pelo sucedido. Nesta fase, também se assiste ao adensar dos contornos judiciais e com a necessidade de reparação das vítimas e familiares. Por seu lado, o debate em torno das causas e da identificação dos riscos, pode-se caracterizar como pífio, uma vez que no total das duas semanas analisadas apenas cinco notícias ensaiam trazer para o debate público essa necessária componente.

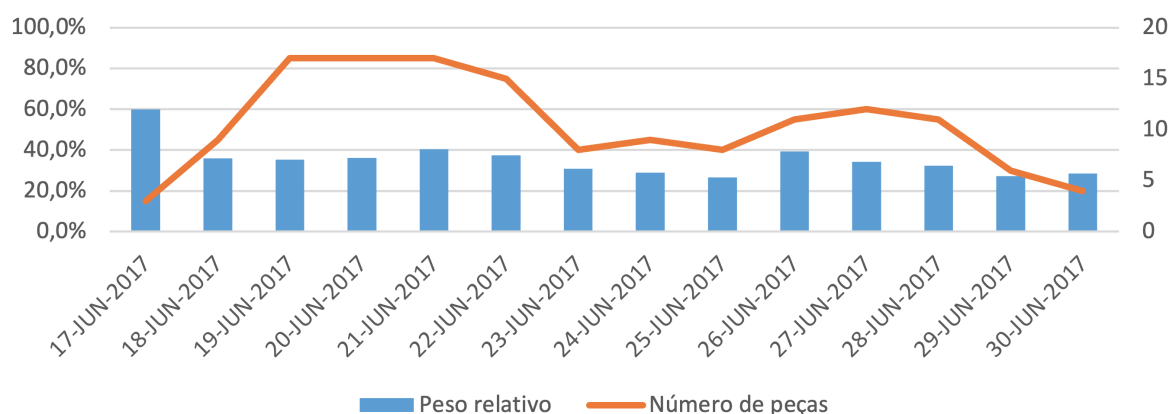


Figura 4. Evolução do número de Manchetes e respetivo peso relativo das peças.

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias do MediaLab do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa n=427.

Como vimos anteriormente, os acontecimentos ocorridos em Pedrogão Grande tiveram ao longo de duas semanas uma cobertura central por parte dos *media* portugueses. Contudo, esse interesse foi mais além de critérios estritamente quantitativos. Também em termos qualitativos a cobertura jornalística deu destaque ao incêndio. Assim, para além da quantidade de trabalhos registados, sobressai a resiliência temporal com que o evento foi tratado (cf. Figura 4). A cobertura jornalística não se limitou a produzir informação, esta teve destaque ao longo dos catorze dias em análise.

Se é verdade com o fim das operações no terreno, no dia 24 junho, assiste-se a uma progressiva diminuição do número total de trabalhos jornalísticos, a verdade é que a percentagem de manchetes entre as notícias produzidas diariamente manteve-se relativamente estável (barras azuis). A média total aproxima-se dos 35%, sendo que numa primeira fase (17-18 junho) a média é de 48%; na segunda fase (19-24 junho) é de 34,9% e finalmente no período culminante (25-30 junho) é de 31,4%.

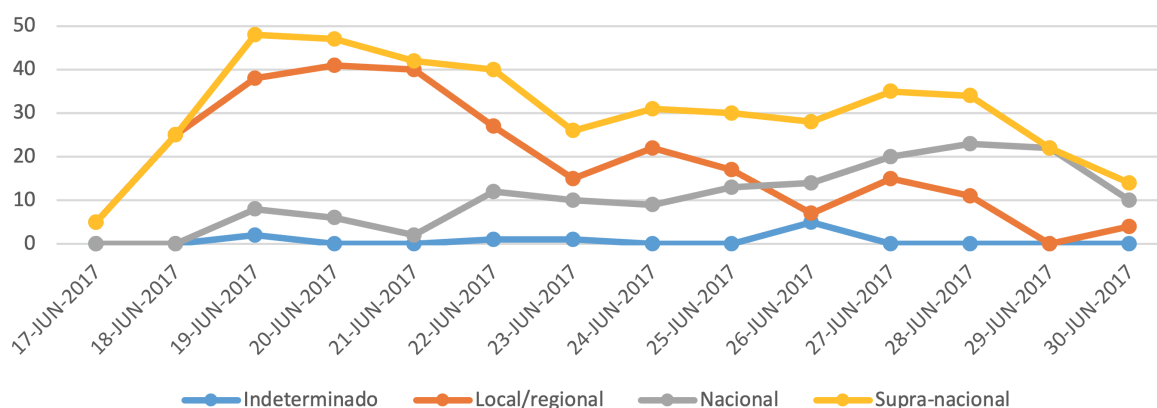


Figura 5 – Evolução do número de peças considerando o foco.

Fonte: Elaboração própria a partir do Barómetro de Notícias MediaLab do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa n=427.

O enfoque da cobertura jornalística realizada nas duas semanas seguintes ao deflagrar do incêndio apresenta nuances contrastantes (cf. Figura 5). Até dia 24 junho o enfoque é sobretudo local e regional, dando desta forma primazia a uma narrativa dos atores locais em que o sofrimento e as emoções são os valores-notícias dominantes. A partir de 25 junho assiste-se a uma transformação do enfoque das notícias, passando para um âmbito nacional, dando ênfase às implicações políticas e também dos responsáveis institucionais e governativos. Além de que a partir do momento em que as operações no terreno se reduzem, os media procedem também à retirada das equipas no teatro de operações. O que nos permite depreender que a mobilização destes recursos desempenhou a sua função, apenas e só durante o combate concreto aos incêndios, depois disso as populações, os atores políticos locais deixaram de ser prioritários.

Conclusões

A evidência empírica produzida permite-nos demonstrar que a cobertura jornalística dos media portugueses dos incêndios de Pedrogão Grande nas duas semanas subsequentes, seguiu uma sequência trifásica em que em nenhuma delas as causas estruturais lhes foi atribuída visibilidade.

Nesta esteira, importa mencionar um popular provérbio português “longe da vista, longe do coração”. Foi o que se passou com as causas estruturais dos incêndios florestais de Pedrogão Grande ao longo das duas semanas que se seguiram ao seu início. Aquela que poderia ser uma crucial oportunidade de debate, num contexto de particular sensibilidade da opinião pública portuguesa para o tema foi desaproveitada. A cobertura mediática pautou-se em termos gerais por um aproveitamento em captar a atenção de grandes audiências, particularmente sensíveis ao tema, dada a dimensão das perdas humanas, mas em que pouco foi visível o debate em torno dos fatores a montante, anteriormente mencionados.

O progressivo abandono do meio rural contribuiu para a ausência de iniciativas políticas e económicas que possibilitassem a dinamização de uma vasta área percebida como desinteressante e inútil. Se os acontecimentos de Pedrogão Grande tiveram uma intensa atenção por parte dos media portugueses, ao longo das duas semanas seguintes, também, não podemos deixar de colocar a possibilidade de que

este prolongado interesse serviu os próprios interesses dos media, no sentido de darem resposta a uma grande demanda pelo tema entre os portugueses. Ao longo das duas semanas estudadas distinguem-se três fases.

Na primeira fase a cobertura mediática centrou-se na construção e projeção de imagens do acontecimento concreto e que reportam à magnitude dos factos, no fundo permitem a delimitação espaço-temporal dos efeitos. A segunda fase, reporta-se aos danos materiais, humanos e ambientais através do recurso a histórias concretas de quem viveu os acontecimentos, acentuando os contornos emocionais no relato jornalístico. A terceira fase, diz respeito aos impactos e implicações políticas e judiciais que emanem do debate público encetado, deslocando o foco do local concreto dos acontecimentos, para as instituições políticas e judiciais. É nesta fase que surgem amiúde medidas políticas que contemplam respostas políticas, jurídicas e económicas à crise inicial.

Com efeito, perante a anatomia da cobertura jornalística de uma crise com a dimensão como a de Pedrogão Grande é possível distinguir conceptualmente entre desastre, tragédia e catástrofe. Deste modo, a fase de desastre pode ser entendida como aquela em que um evento tem a capacidade de provocar uma disrupção da agenda mediática por algumas horas e/ou até 1 a 2 dias. Numa fase em que ainda não são conhecidos os contornos do evento e por isso são diminutos os recursos humanos e meios técnicos no terreno. A cobertura jornalística é feita sobretudo a partir de testemunhas oculares que descrevem o que viram e o que lhes pareceu.

A tragédia trata do presente imediato, quando ainda não se encerrou o evento, mas quando os contornos são já conhecidos, nomeadamente ao nível dos danos materiais e humanos. Os relatos personalizados a partir da vivência em primeira-mão acentuam o dramatismo e emoção. A catástrofe remete para a transformação das estruturas sociais, isto é, reformulação das representações sociais, mas também se refere a alterações da ordem política. Em contexto de catástrofe as relações de definição tornam-se visíveis e potencialmente politizadas, tendo os agentes mediáticos como atores centrais. Este processo transformador da normatividade, assenta em representações mediáticas que coloquem em causa o que até aqui era vigente, seja na ação e comunicação entre as diversas instituições, seja entre estas instituições e atores políticos e cidadãos.

A catástrofe de Pedrogão Grande veio pôr a descoberto a metamorfose social do território, conjugada com os efeitos das AC e um ecossistema mediático com interesse instrumental pela crise. Talvez estejamos perante uma soberana oportunidade de encetar o debate político-mediático que corporiza a “ética do nunca mais” (Beck, 2017) e com isso aquilo a que o autor alemão designa por “catástrofe emancipatória”. Mas essa reflexão está para além dos estritos objetivos da presente pesquisa, ficando como questão de partida para pesquisas futuras. Nem sempre a visibilidade mediática se traduz em benefício do debate público em contexto de crise e ainda menos dos atores e populações concretas.

Referências Bibliográficas

- 6.º Relatório Provisório de Incêndios Rurais - 2018 01 de janeiro a 15 de setembro ICNF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais. Consultado aqui: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfei/Resource/doc/rel/2018/6-RIR-1jan-15set2018.pdf>
- Almond, G. A., & Verba, S. (2015). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton University press.

- Amondarain A., Barranquero A. & Arrilucea A. (2022). La construcción mediática de los movimientos juveniles frente al cambio climático. Fridays for Future y Extinction Rebellion en la prensa de referencia en España. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 28(3), 497-509. <https://doi.org/10.5209/esmp.80710>
- Barichello, E. (2017). Visibilidade e legitimidade na atual ecologia midiática. *Estudos em Comunicação*, (25), pp. 99-108. DOI: 10.20287/ec.n25.v2.a07
- Bartolomé Castro M. & Rodríguez-Virgili J. (2012). Pugna de “frames” en el debate político español. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 18(2), 439-457. https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n2.41018
- Beck, U. (2017). *A metamorfose do mundo: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade*. Edições 70.
- Beck, U. (2018). *Ecological politics in an age of risk*. John Wiley & Sons.
- Calero, M. L. S. (2004). Comité de crisis: actores, roles y trabajos. *Zer: Revista de estudios de comunicación: Komunikazio ikasketen aldizkaria*, 9(17).
- Calero, M. L. S. (2006). La divulgación científica de la meteorología: emisores implicados. *Quark*, pp. 65-70.
- Cardoso, G., Santos, S. C., & Telo, D. (Eds.). (2016). *Jornalismo em tempo de crise*. Editora Mundos Sociais.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coombs, T. W. (2007). Protecting organization reputations during a crisis: the development and application of situational crisis communication theory. *Corporate Reputation Review*, 10(3), 163-176.
- Correia, J. C., Canavilhas, J., Carvalheiro, J. R., Morais, R., Sousa, J., & Ferreira, G. B. (2014). Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses memória de um projeto. *Pesquisas em Comunicação*, 1(1).
- Couldry, N. & Hepp, A. (2016). *The mediated construction of reality: society, culture, mediatization*. Polity Press.
- Croucher, S. M., & Cronn-Mills, D. (2014). *Understanding communication research methods: A theoretical and practical approach*. Routledge.
- Crow, D. A., Berggren, J., Lawhon, L. A., Koebele, E. A., Kroepsch, A., & Huda, J. (2017). Local media coverage of wildfire disasters: An analysis of problems and solutions in policy narratives. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 35(5), 849-871.
- D’Angelo, P. (2002). News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. *Journal of Communication*, 52(4), 870–888. <https://doi.org/10.1093/joc/52.4.870>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- EU-JRC (2018) Forest Fires in Europe, Middle East and North Africa (JRC Science for Policy Report) Report No. JRC107591.
- Featherstone, M. (2009). Ubiquitous media: an introduction. *Theory, culture & society*, 26(2-3), 1-22.
- Franco, T. C., Di Felice, M., & Pereira, E. D. S. (2020). O net-ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos. *Estudos em Comunicação*, (31), 109-132. DOI: 10.25768/20.04.03.31.06
- Fritz, C. E. (1961). Disaster, contemporary social problems. *Harcourt*, 65, 1-694.
- Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & de Sá, S. (2022). Risk communication and disinformation in Portugal: How media consumption affects the understanding of COVID-19 health-protective messages. In *Strategic communication in a global crisis* (pp. 112-131). Routledge.

- Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & Toniolo, B. P. (2021). Who Do the Portuguese Trust? Government Communication Management in the Covid-19 Pandemic. *Comunicação e sociedade*, (40), (pp.169-187). URL: <http://journals.openedition.org/cs/6180>
- Habermas, J. (1991). *Civil Society and Political Life The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. *Contemporary Sociology* (Vol. 19, p. 312).
- Hendrickx, J., & Pakvis, M. (2022). Notícias e análises de conteúdo no século XXI: uma revisão de literatura estruturada. *Media & Jornalismo*, 22(41), 121-140. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_7
- Hjarvard, S. (2013). *The mediatization of culture and society. The Mediatization of Culture and Society* (pp. 1–182). Taylor & Francis.
- Houston, J. B., Pfefferbaum, B., & Rosenholtz, C. E. (2012). Disaster news: Framing and frame changing in coverage of major US natural disasters, 2000–2010. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 89(4), 606-623.
- Lasswell, H. D. (1948). The structure and function of communication in society. *The communication of ideas*, 37(1), 136-139.
- Lasswell, H. D. (1951). *Politics: Who gets what, when, how*. Pickle Partners Publishing.
- Lozano Ascencio C., Franz Amaral M. y Puertas Cristóbal E. (2022). Las catástrofes y los desastres en las noticias sobre el cambio climático en España de 2019 a 2021. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 28(3), 537-548. <https://doi.org/10.5209/esmp.80591>
- Lozano, C., Sánchez, M., & Morales, E. (2017). *Periodismo de riesgo y catástrofes*. Fragua.
- Martínez Garza F. J. & Herranz de la Casa J. M. (2019). Representación del medio ambiente en prensa y telediaros de México y España. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 25(1), 365-379. <https://doi.org/10.5209/ESMP.63734>
- Meadows, M. (1999). Cultural studies and journalism. *Media International Australia*, 90(1), 43-51.
- Pantti, M., & Wahl-Jorgensen, K. (2007). On the political possibilities of therapy news: Media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. *Communication Studies*.
- Pereiro, M. P., Domínguez M. Á. C. & Lozano J. D. C. (2018). La cobertura periodística de los incendios de Galicia y Portugal de octubre de 2017: un análisis de la información de emergencia de diarios portugueses, españoles y gallegos. *Estudos em Comunicação* nº 26, vol.1, 197-213. DOI: 10.20287/ec.n26.v1.a11
- Prior, H., & Sousa, J. C. (2014). A Mudança Estrutural do Público e do Privado. *Observatorio (OBS*)*, 8(3). <https://doi.org/10.15847/obsOBS832014794>
- Reese, S. D. (2001). Prologue-Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*, edited by Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy Jr, and August D. Grant, 7–31. Lawrence Erlbaum.
- Reis, B. C., & Sousa, J. C. (2017). A invisibilidade do desemprego (juvenil) no discurso mediático da imprensa portuguesa. *Observatorio*, 11(1), 134–148. <https://doi.org/10.15847/obsobs1102017989>
- Rodrigues, A. D. (2017). A construção social da visibilidade. *Estudos em Comunicação*, (25), 82-97. DOI: 10.20287/ec.n25.v2.a06
- Rodríguez, P., & Odriozola, B. (2012). Catástrofes y periodismo: el relato, los escenarios, las interacciones y las necesidades prácticas y psicológicas de todos los implicados. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 18(2), 577-594.
- Ryalls, E. D., & Mazarrella, S. R. (2021). “Famous, beloved, reviled, respected, feared, celebrated.” Media construction of Greta Thunberg. *Communication, Culture and Critique*, 14(3), 438-453.
- Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: primeiro grande inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais – ICS-UL.

- Semetko, H. A., & Valkenburg, P. M. (2000). Framing European politics: A content analysis of press and television news. *Journal of communication*, 50(2), 93-109.
- Solano Santos, L. F. (2012). La responsabilidad social de los medios de comunicación ante el conflicto y la catástrofe. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 18(2), 613. https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n2.41035
- Sousa, J. C. (2019). Invisibilidade e negatividade: o discurso mediático sobre ambiente em Portugal. Ferrão, J., Delicado, A., Horta, A., Gomes, C., Travassos, D., Rowland J., Santos, M., Tulumello S. (Eds.). *Reflexões sobre ambiente, território e sociedade: três anos do blogue ATS* (pp.82-86). Observa-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/26587>
- Sousa, J. C. & Pinto-Martinho, A. (2022). Confiança e uso dos media na União Europeia: determinantes socio-mediáticas da confiança nas autoridades locais e regionais. *Media & Jornalismo*, 22(41), (pp. 161-178). URL: https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_9
- Toniolo, B. P., & Gonçalves, G. (2020). Quando o emissor é a mensagem: a comunicação de Marcelo Rebelo de Sousa nos incêndios de 2017. *Comunicação e sociedade*, (Special Issue), (pp. 69-88). URL: <http://journals.openedition.org/cs/3170>
- Torres, E. C. (2006). *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais - ICS-UL.
- Viegas, D. X.; Almeida, M. F. & Ribeiro, L. R. (2017). *O Complexo de Incêndios de Pedrogão Grande e Concelhos Limitrofes, Iniciado a 17 Junho de 2017*. Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais ADAI/LAETA Departamento de Engenharia Mecânica Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra. Consultado aqui: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=o-complexo-de-incendios-de-pedrogao-grande-e-concelhos-limitrofes-iniciado-a-17-de-junho-de-2017>
- Wolf, M. (1992). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Financiamento: FCT SFRH/BD/136605/2018

Agradecimentos: O autor agradece a Gustavo Cardoso e Décio Telo, respetivamente coordenador e técnico responsável pelo Barómetro de Notícias do MediaLab Iscte-Instituto Universitário de Lisboa a disponibilização dos dados que permitiram a presente pesquisa.